



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
E PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025



CNPJ 05.680.391/0001-56
Rua Joaquim Nabuco, 325 - Farol, Maceio-AL
0800 725 3505

bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

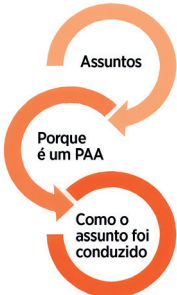
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

PORQUE É UM PAA

COMO O ASSUNTO FOI
CONDUZIDO EM NOSSA
AUDITORIAS



Reconhecimento de receita (Nota 29 e 38.17)

Conforme descrito nas notas 29 e 38.17 às demonstrações financeiras, a receita operacional líquida reconhecida pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 142.568 mil, decorrente, principalmente, da prestação de serviços de comunicação multimídia, incluindo acesso à internet, serviços de comunicação entre pontos, dark fiber, exploração industrial de infraestrutura de telecomunicações e serviços terceirizados.

Consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria em razão da relevância dos montantes envolvidos, do volume de transações processadas, da dependência dos sistemas de informação utilizados para mensuração, faturamento e registro contábil das receitas, e dos julgamentos aplicados pela administração na contabilização de receitas de contratos de longo prazo e de receitas de serviços prestados ainda não faturados.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía saldo relevante de contas a receber de clientes, incluindo R\$ 51.874 mil classificados como “clientes a faturar”, referentes a serviços prestados e ainda não faturados. A mensuração desses saldos envolve estimativas e julgamentos da administração, incluindo a avaliação dos serviços efetivamente prestados, dos termos contratuais aplicáveis, dos dados operacionais utilizados no processo de faturamento e da expectativa de emissão das respectivas notas fiscais e realização dos valores.

Adicionalmente, a Companhia possui contratos de longo prazo relacionados à cessão onerosa de infraestrutura de telecomunicações, incluindo fibras ópticas apagadas, bem como contratos que envolvem instalação, construção e concessão de direito de uso de infraestrutura pelo prazo de 15 anos. Esses contratos podem envolver julgamento na identificação das obrigações de performance, na determinação do momento de reconhecimento da receita, na mensuração do progresso de execução, na alocação do preço da

transação e na avaliação da existência de componentes distintos, incluindo, quando aplicável, componentes de arrendamento ou de financiamento significativo.

Eventuais falhas nos sistemas de faturamento, nas interfaces com os registros contábeis, nos dados utilizados para mensuração das receitas, nas estimativas de receitas a faturar ou na interpretação dos termos contratuais poderiam resultar em distorções relevantes nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento dos processos e controles internos relevantes implementados pela administração relacionados ao reconhecimento, mensuração, faturamento e registro contábil das receitas.

- Avaliação dos sistemas de informação relevantes utilizados no processo de faturamento e registro das receitas, incluindo, quando aplicável, as interfaces entre os sistemas operacionais, o sistema de faturamento e o sistema contábil.

- Testes, em base amostral, de transações de receita provenientes da prestação de serviços, mediante inspeção de contratos, faturas, registros de prestação dos serviços e demais documentações-suporte.

- Avaliação dos principais termos contratuais, incluindo natureza dos serviços prestados, condições comerciais, período de prestação dos serviços, critérios de faturamento e momento de reconhecimento da receita.

- Avaliação dos critérios utilizados pela administração para mensuração das receitas de serviços prestados e ainda não faturados ao final do exercício, incluindo o recálculo da estimativa com base nos dados operacionais e contratuais aplicáveis.

- Avaliação da contabilização de contratos de longo prazo envolvendo cessão de infraestrutura de telecomunicações e dark fiber, incluindo a análise da identificação das obrigações de performance, da alocação do preço da transação, do método de reconhecimento da receita e da classificação dos saldos relacionados como contas a receber, ativos de contrato, adiantamentos de clientes ou receitas diferidas.

- Execução de procedimentos de corte de receita para transações registradas antes e depois da data-base das demonstrações financeiras.

- Avaliação da adequação da provisão para perdas esperadas sobre contas a receber relacionadas às receitas reconhecidas.

- Leitura das divulgações apresentadas nas notas explicativas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos descritos acima, consideramos que os critérios utilizados pela administração para reconhecimento e mensuração das receitas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA
GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar-mos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 14 de julho de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda
CRC 2SP000160/F-6

Patricia Seoane Azevedo
Contadora
CRC 1BA040103/O-0

